

ATENÇÃO A SAÚDE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

SHEILA RUBIA LINDNER

Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil
Enfermeira, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva, Professora da Universidade
Federal de Santa Catarina, Brazil.

ELZA BERGER SALEMA COELHO

Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil
Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Federal de
Santa Catarina, Brazil.

RSUMO: No Brasil assegura-se aos cidadãos um conjunto de direitos fundamentais, dentre esses, a saúde. Desta forma, também deve-se garantir esse direito às pessoas privadas de liberdade. O sistema prisional brasileiro apresenta diversos desafios, como déficit de vagas, assistência em saúde inadequada e insuficiente. De acordo com o Sistema Nacional de Agravos Notificação, pessoas privadas de liberdade têm, em média, 28 vezes mais chances que a população em geral de contrair tuberculose, e incidência 60 vezes maior de adquirir vírus HIV. Portanto a saúde dessas pessoas tem grande impacto na saúde pública, pois há doenças e agravos mais prevalentes nessa população e que refletirão na comunidade se não forem tratadas. Até disso ha possibilidade de reduzir as iniquidades em saúde. Para o enfrentamento dos desafios expostos, os ministérios da Saúde e Justiça publicaram Portaria Interministerial n.º 1, que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional que concretiza o SUS no âmbito do cárcere, buscando qualificar a assistência, considerando os direitos humanos legislados e as necessidades de fortalecimento de ações em relação à saúde das pessoas presas. As mudanças necessárias para a melhoria dos serviços de saúde devem incluir a qualificação de profissionais da saúde, ações educativas de promoção da saúde e de prevenção das doenças, além de uma assistência para a melhoria da qualidade de vida. A Organização Mundial de Saúde destaca necessidade de treinamento para profissionais de saúde que atuam junto à população privada de liberdade. A PNAISP também aborda essa necessidade de desenvolver estratégias e mecanismos para capacitação e educação permanente dos trabalhadores de saúde nesta temática. Ao encontro destas premissas, a Universidade Federal de Santa Catarina e Ministério da Saúde, desenvolveu-se o projeto “Educação Permanente em Saúde no Âmbito da PNAISP”. Este consistiu-se em um plano de educação permanente em saúde para a consolidação de uma rede integrada, visando o fortalecimento da atenção à saúde para as pessoas privadas de liberdade. O projeto foi responsável pela elaboração de materiais didático-pedagógicos sobre atenção à saúde da população privada de liberdade para oferta de curso de capacitação na modalidade a distância, direcionado à qualificação de equipes de saúde que atendessem à população masculina e feminina privada de liberdade. Diante deste cenário, tem-se por objetivo relatar a experiência da produção e execução de um curso de capacitação, na modalidade à distância, na atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade, oferecido a profissionais de saúde de atenção básica e equipes de saúde do sistema prisional em todo o território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITOS HUMANOS, SAÚDE, PRISÃO.